

Portugal não Inovador? Sim, mas...

por

Pedro Conceição e Manuel Heitor

Não será exagerado considerar que Portugal tem de si próprio uma imagem de país pouco dado à inovação tecnológica. Ao contrário de países como a Finlândia ou a Irlanda, com populações substancialmente inferiores e com trajetórias de “industrialização tardia” semelhantes às nossas, Portugal não se tem afirmado nas tecnologias da informação e das telecomunicações. Não há o equivalente a uma Nokia portuguesa e Portugal também não foi o destino de grandes investimentos na Europa feitos pela Dell ou pela Microsoft, que escolheram a Irlanda. Dada a intensidade com a “revolução tecnológica” associada às tecnologias da informação e das telecomunicações tem sido vivida, e dado que Portugal se tem limitado quase a assistir a essa revolução, a percepção de um Portugal não inovador não admira.

Esta percepção de um “Portugal não inovador” é acentuada pelas estatísticas. Sabe-se que Portugal tem das mais baixas proporções de despesa em investigação e desenvolvimento feito por empresas (embora esta tenha vindo a aumentar substancialmente nos últimos anos). As contagens de patentes em Portugal (ou submetidas noutros países mas com origem em Portugal) ficam muito abaixo das médias da União Europeia - apesar, mais uma vez, dos progressos recentes. E os inquéritos formais à inovação sugerem que as empresas portuguesas inovam muito menos do que na maioria dos outros países da União Europeia (embora, de novo, os dados mais recentes indiquem que tem havido um crescimento significativo das empresas portuguesas que inovam).

Mas, ao mesmo tempo, todos sabemos que há inovação em Portugal. Tem havido inovações de grande significado e impacte mundial, mesmo no domínio das tecnologias da informação e das telecomunicações. Por exemplo, a TMN foi pioneira mundial na introdução de telefones móveis pré-pagos. Há empresas que competem internacionalmente com base em produtos e serviços de alto valor acrescentado no competitivo domínio do software, como a Critical software. Exemplos individuais e sem expressão, num Portugal que não inova?

A exposição agora em curso na Cordoaria Nacional, intitulada “Engenho e Obra”, dá uma perspectiva histórica que é bem capaz de questionar o mito de um Portugal pouco inovador. Esta exposição é resultado de um projecto de investigação multidisciplinar traçando a evolução da engenharia em Portugal ao longo do último século no contexto da história económica e social do país. A exposição apresenta vários dos mais importantes “momentos de inovação tecnológica” que caracterizaram o último século da História de Portugal, e que incluem, por exemplo, os esforços de desenvolver um computador português – que foram concretizados no domínio tecnológico.

Da observação destes momentos de inovação pode inferir-se, sem margem para dúvidas, que Portugal inovou. Basta, para isso, pensar no que seria o nosso país hoje em dia sem

capacidade de produção e distribuição eléctrica, sem vias de comunicação rodoviária e de telecomunicações. Pode pensar-se que há algo de inevitável no facto de Portugal ter tido acesso, e difundido, as tecnologias que tornaram essas realizações possíveis. Mas o que a exposição mostra é que houve desafios contínuos. A cada passo, em cada “momento de inovação tecnológica”, houve empresas que ficaram pelo caminho, centros de poder que viram a sua influência diminuída, qualificações e capacidades que se tornaram redundantes. Mas, ao mesmo tempo, novas empresas surgiram, novos cursos e especializações apareceram. Crescentemente, as inovações tecnológicas ficaram mais complexas e sofisticadas (pelo menos aos nossos olhos de hoje em dia) e por isso mais dependentes da ciência, no contexto de uma crescente centralidade dos aspectos que envolvem a actividade científica.

Ou seja, Portugal tem tido o seu trajecto de inovação. É importante notar que os benefícios destas inovações são partilhados tanto pelos países de onde as inovações são originárias como por aqueles capazes de as adoptar e difundir. Aliás, o conceito de inovação que é relevante neste caso é o de inovação “local”, isto é, da introdução de tecnologias que até então não estavam disponíveis num determinado país – não necessariamente de tecnologias que não existiam de todo em qualquer parte do mundo. Neste sentido, a exposição mostra o percurso de Portugal como país inovador – menos do que alguns, por circunstâncias que a exposição identifica em muitos casos, mas mais do que muitos outros.

Que “lições” podem resultar para os dias de hoje e, especialmente, para o futuro? Está muito difundida a ideia nos dias de hoje de que a inovação tecnológica corresponde essencialmente à adopção de tecnologias da informação, no contexto de uma “nova economia”. Esta nova vaga de tecnologias pode hoje em dia parecer-nos quase miraculosa, mas no futuro pode vir a ser tão banal como são para nós hoje em dia a energia eléctrica ou as grandes autoestradas. Embora isso não seja razão para se ser complacente ou menos voluntarioso nos esforços que se fazem para aplicar e disseminar as novas tecnologias da informação, o que é importante é perceber que a inovação tem um contexto muito mais vasto e profundo. O que se aprende, também, da exposição é que a questão que se põe a Portugal não é tanto a de saber se tem inovado ou não. Portugal tem, de facto, inovado ao longo do tempo. A questão fundamental é a de saber se Portugal inova *suficientemente depressa e com suficiente “amplitude e profundidade”* para que o seu ritmo de crescimento económico aproxime o país dos padrões mais avançados.

Para isso, e para que o esforço de Portugal para inovar não fique “preso” de uma ou outra qualquer tecnologia específica – mesmo que sejam tão importantes como as tecnologias da informação – o que importa será promover o prazer de descobrir, o gosto de aprender, e a cultura de empreender e de assumir riscos (tema, aliás, que será o foco do encontro no fim de Janeiro em Newark da PAPS, associação de estudantes portugueses pós-graduados nos Estados Unidos). Para que a inovação floresça é necessário um terreno fértil e sementes profícuas. A “fertilidade” depende do contexto institucional, isto é, do conjunto de incentivos que as pessoas e as empresas enfrentam. Esta fertilidade depende também do acesso a conhecimento técnico avançado e da base científica que permite interpretar e aplicar esse conhecimento. As “sementes” serão sempre as pessoas e também as empresas, que terão que ter conhecimento, capacidade e competência individual para assumirem as

oportunidades que a fertilidade do terreno proporciona. Foi quando essas circunstâncias se conjugaram, esporadicamente, que Portugal inovou no passado: o desafio é torná-las sistemáticas e permanentes na sociedade portuguesa.